

TERCEIRA REUNIÃO DE MINISTROS DA JUSTIÇA
OU DE MINISTROS OU PROCURADORES-GERAIS
DAS AMÉRICAS
1º a 3 de março de 2000
San José, Costa Rica

OEA/Ser.K/XXXIV.3
REMJA-III/doc.9/00
10 fevereiro 2000
Original: espanhol

RELATÓRIO FINAL DA SEGUNDA REUNIÃO
DE PERITOS GOVERNAMENTAIS SOBRE DELITO CIBERNÉTICO

NOTA EXPLICATIVA

A Assembléia Geral da OEA, em conformidade com as recomendações emanadas da Segunda Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, realizada em Lima, Peru, em março de 1999, aprovou a resolução AG/RES. 1615 (XXIX-O/99), mediante a qual decidiu realizar reuniões de peritos governamentais sobre delito cibernético.

Em cumprimento desse mandato, o Conselho Permanente, por intermédio de seu Grupo Especial de Justiça, realizou duas reuniões de peritos governamentais sobre delito cibernético, em 12 de maio e 14 e 15 de outubro de 1999.

A Segunda Reunião de Peritos Governamentais adotou diversas recomendações para serem consideradas pela Terceira Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais.

Em 20 de outubro de 1999, o Conselho Permanente da OEA tomou nota da informação apresentada pela Presidente do Grupo Especial de Justiça, Embaixadora Beatriz M. Ramacciotti, Representante Permanente do Peru e decidiu submeter as recomendações sobre delito cibernético, adotadas na Segunda Reunião de Peritos Governamentais, à Terceira Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas.

10 de fevereiro de 2000

CONSELHO PERMANENTE DA
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Grupo Especial Encarregado de Dar Cumprimento às
Recomendações das Reuniões de Ministros da
Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais
das Américas

OEA/Ser.G
GE/REMJA/doc.51/99
28 outubro 1999
Original: espanhol

RELATÓRIO FINAL
DAS REUNIÕES DE PERITOS GOVERNAMENTAIS
SOBRE DELITO CIBERNÉTICO

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DE PERITOS SOBRE DELITO CIBERNÉTICO

I. INTRODUÇÃO

Em março de 1999, os Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas recomendaram a criação de um grupo intergovernamental de peritos sobre delito cibernético, com o mandato de 1) analisar a atividade criminal vinculada a computadores e à informática ou que utiliza computadores como meio para cometer um delito; 2) concluir a análise das leis, políticas e práticas nacionais relacionadas com tal atividade; 3) identificar entidades nacionais e internacionais com experiência nessa matéria; e 4) identificar mecanismos de cooperação no âmbito do Sistema Interamericano para combater o delito cibernético

II. ANTECEDENTES

Para esse fim, convocou-se a Primeira Reunião do Grupo de Peritos Governamentais sobre Delito Cibernético, em maio de 1999, para cumprir as metas fixadas pelos Ministros da Justiça ou Procuradores-Gerais. Para facilitar o cumprimento de seu mandato, o Grupo de Peritos, em sua primeira reunião, elaborou um questionário para solicitar informação de cada Estado membro a respeito de sua experiência relativa aos vários tipos de delito cibernético, da legislação substantiva, dos princípios de jurisdição e de extradição que se aplicam ao delito cibernético; das leis que regem a obtenção e preservação de provas nesses casos; e da existência de programas de formação especializada ou de órgãos policiais ou de peritos para combater o delito cibernético.

Posteriormente, o Grupo Especial de Justiça decidiu realizar a Segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre Delito Cibernético, em 14 e 15 de outubro de 1999.^{1/} Essa reunião foi convocada para analisar as respostas dos Governos dos Estados membros ao questionário sobre o assunto, considerar os mecanismos de cooperação no sistema interamericano em matéria de delito cibernético e ouvir as exposições feitas pelos seguintes peritos: Doctor Rodolfo Ojales, Procurador do Departamento de Justiça dos Estados Unidos; Senhor Joe DiAngelo, do *CitiGroup*; Senhor John Ryan, da *American-Online*; Senhor Don Cavender, do *Computer Analysis and Response Team*; Senhora Ketherine Fithen, do *Computer Emergency Response Team*, da Universidade Carnegie-Mellon; Senhor Steve Branigan, dos Laboratórios Bell; e o Senhor Raúl Sanguineti, Chefe da Unidade, Departamento de Sistemas Administrativos. O resumo de suas exposições figura do anexo a este relatório.

A reunião teve em mãos um documento elaborado pela Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral (GE/REMJA/doc.47/99) com base nas respostas submetidas pelos Governos dos

1. A lista dos participantes da Reunião de Peritos foi publicada como documento GE/REMJA/doc. /99.

Estados membros ao questionário elaborado na Primeira Reunião de Peritos Governamentais sobre Delito Cibernético (GE/REMJA/doc.15/99).^{2/} O documento figura anexo.

Cumprе frisar que a análise solicitada se baseia nas respostas de 11 Estados membros ao questionário recebidas até 14 de outubro de 1999 e nas deliberações da Reunião de Peritos ao longo de seus trabalhos. Esta considerou que, apesar de seu número limitado, as respostas refletem a situação geral das Américas. Além disso, o relatório contém recomendações para fortalecer as capacidades dos Estados membros para que possam enfrentar as questões consideráveis de segurança pública e os desafios decorrentes das novas tecnologias, bem como para continuar a desenvolver mecanismos interamericanos destinados a investigar e combater o delito cibernético.

III. ANÁLISE

Para os fins desta análise, “delito cibernético” é, na definição da Segunda Reunião de Peritos, uma atividade criminal que tem como alvo e instrumento os sistemas de tecnologia da informação (inclusive sistemas informáticos e de telecomunicações).

Dos Estados membros que responderam ao questionário, sete indicaram que ainda não têm sido muito prejudicados por delitos cibernéticos. O delito cibernético é visto como uma ocorrência pouco comum, que nem sempre é enquadrada na lei como delito específico. Alguns Estados membros, porém, penalizam ações cometidas mediante o uso de tecnologias informáticas, quando essas ações por si só já constituem delitos, tais como fraude, sonegação de impostos, difamação ou difusão de pornografia infantil.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade de desenvolver, adequar e harmonizar a legislação, os procedimentos e as instituições necessários para combater o abuso e mau uso crescente do computador nos Estados membros.

Com respeito à legislação sobre a obtenção de provas, a autoridade para seguir, coletar, preservar e divulgar informação sobre o tráfego de comunicações eletrônicas e dados informáticos é crucial para a investigação de delitos cibernéticos. Tendo em vista o caráter incipiente do delito cibernético e a dificuldade em detectá-lo, é provável que alguns Estados membros ainda não tenham enfrentado os problemas peculiares relacionados com a obtenção de provas desse tipo de delito. A esse respeito, nove Estados membros responderam que sua legislação permite a apreensão de materiais tangíveis, observados os devidos procedimentos, bem como obrigar os provedores de acesso à Internet e as companhias de telecomunicações a fornecer informação sobre assinantes e faturas. Parece que em alguns casos, porém, os investigadores não têm permissão para tomar outras medidas que seriam apropriadas para investigar delitos cibernéticos, tais como a obtenção de informação sobre

2. Até o momento, foram recebidas as respostas submetidas pelos seguintes países: México (GE/REMJA/doc.15/99 add. 1), Estados Unidos (GE/REMJA/doc.15/99 add. 2); Equador (GE/REMJA/doc.15/99 add. 3); Brasil (GE/REMJA/doc.15/99 add. 4); El Salvador (GE/REMJA/doc.15/99 add. 5); Costa Rica (GE/REMJA/doc.15/99 add. 6); Peru (GE/REMJA/doc.15/99 add. 7); Argentina (GE/REMJA/doc.15/99 add. 8); Trinidad e Tobago (GE/REMJA/doc.15/99 add. 9); Panamá (GE/REMJA/doc.15/99 add. 10); e Venezuela (GE/REMJA/doc.15/99 add. 11).

a origem e o destino de comunicações simultaneamente com a transmissão das mesmas, o que pode ser necessário para seguir a trilha de uma “invasão” de computadores.

A maior dificuldade enfrentada pelos Estados membros talvez seja a inexistência de órgãos especializados nessa matéria, que tenham condições de investigar delitos cibernéticos e autuar os infratores. Tampouco existe a capacitação necessária. Apesar disso, esse tipo de delito frequentemente é investigado por outros órgãos que não têm essa especialização (como os responsáveis pela investigação do crime organizado, do narcotráfico, etc.). Na ausência de entidades apropriadas, que poderia prejudicar a investigação interna e externa desse tipo de delito, uma das prioridades nesse campo deveria ser a criação de mecanismos idôneos de capacitação.

Muito poucos Estados membros (os Estados Unidos, entre os que responderam ao questionário) têm tido problemas relacionados com a natureza transnacional do delito cibernético ou solicitaram ou receberam solicitações de assistência internacional nesse campo. Mas, apesar da ausência de tais solicitações até o momento, não é raro seguir a trilha de um delito cibernético pelas redes de computadores situadas num grande número de países, independentemente da localização do autor ou da vítima. Assim sendo, a possibilidade de solicitar e prestar assistência internacional é crucial e merece um estudo mais aprofundado por parte dos Estados.

Não fica claro, pelas respostas ao questionário, se as questões relativas a jurisdição, extradição e cooperação internacional são abrangidas adequadamente pela legislação específica ou de aplicação geral dos Estados membros e pelos tratados multilaterais e bilaterais.

Finalmente, apesar da percepção de que a região não tem sido prejudicada por delitos cibernéticos até o momento, exposições feitas ao grupo por representantes de outros órgãos internacionais, governos, entidades do setor privado e organizações de segurança informática indicam que o problema do delito cibernético só irá aumentar. É importante, portanto, assegurar que os Estados membros estejam preparados para investigar delitos cibernéticos e instaurar processo contra seus autores, quando esses delitos ocorrerem em suas jurisdições.

IV. IDENTIFICAÇÃO DE ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS COM CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS PERTINENTES

As respostas à pergunta Nº 1 no documento anexo (GT-REMJA/doc.47/99) identificam entidades nacionais com conhecimentos especializados pertinentes. Além disso, o Grupo de Peritos identificou as seguintes entidades internacionais com experiência em relação a delitos cibernéticos: Conselho da Europa, Grupo dos Oito, União Européia, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Nações Unidas (inclusive UNAFEI) e Interpol. Também várias instituições acadêmicas e entidades privadas possuem conhecimentos especializados vitais, entre as quais as companhias de telecomunicações e “equipes de reação” a incidentes, tais como o *Computer Emergency Response Team*, da Universidade Carnegie-Mellon, nos Estados Unidos.

V. IDENTIFICAÇÃO DE MECANISMOS DE COOPERAÇÃO NO SISTEMA INTERAMERICANO

Vários esquemas existentes podem ser utilizados para facilitar a cooperação no combate aos delitos cibernéticos, inclusive tratados bilaterais e multilaterais de assistência jurídica, a Interpol, cartas rogatórias e mecanismos informais de cooperação. Além disso, alguns países americanos filiaram-se – ou estão em vias de fazê-lo Grupo Ponto de Contato 24 horas/7 dias.

VI. RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o disposto na resolução AG/RES.1615 (XXIX-O/99) e reconhecendo a ameaça global representada pelo delito cibernético e a necessidade de uma reação adequada e rápida por parte das autoridades nacionais competentes, a Reunião de Peritos formula as seguintes recomendações, que serão submetidas, por intermédio do Conselho Permanente, à Terceira Reunião de Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas.

1. Instar os Estados membros a criarem um órgão ou órgãos públicos com a autoridade e a função específica de investigação e instauração de processo em caso de delito cibernético.
2. Que os Estados que ainda não dispõem de legislação referente a delitos cibernéticos atuem nesse sentido.
3. Solicitar aos Estados membros que empreendam todos os esforços necessários para harmonizar suas legislações em matéria de delito cibernético, a fim de facilitar a cooperação internacional para prevenir e combater essas atividades ilícitas.
4. Que os Estados membros identifiquem suas necessidades de capacitação em matéria de delito cibernético, dotando-se de esquemas de cooperação bilateral, regional e multilateral nesse campo.
5. Propiciar a formulação de diretrizes gerais para nortear os esforços legislativos em matéria de delito cibernético.
6. Considerar diversas medidas, inclusive a criação de um Fundo Específico Voluntário, para apoiar o desenvolvimento da cooperação hemisférica sobre a matéria.
7. Propiciar, entre os Estados membros, o intercâmbio de informação em matéria de delito cibernético.
8. Apoiar a difusão de informação sobre as atividades no âmbito da OEA nessa matéria, inclusive em página Web sobre o assunto.

9. Que os Estados membros considerem a possibilidade de aliar-se aos mecanismos de cooperação ou intercâmbio de informação já existentes, tais como o Grupo Ponto de Contato 24horas/7 dias na semana, a fim de iniciar ou receber informação.
10. Que os Estados membros adotem medidas para sensibilizar o público, inclusive os usuários do sistema educacional, jurídico e de administração da justiça, quanto à necessidade de prevenir e combater o delito cibernético.

VII. CONCLUSÕES

Em conclusão, a Reunião de Peritos Governamentais sobre Delito Cibernético, realizada no âmbito do Grupo Especial de Justiça do Conselho Permanente, permite-se transmitir a esse órgão o este relatório, que relata as atividades realizadas na Reunião de Peritos, e formula recomendações para serem submetidas à consideração da Terceira Reunião de Ministros ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas.